

**FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR**

Auto de Infração: **E027329946**

Data/Hora: **29/05/2024 06:01**

Órgão: **286830 (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAI - RS)**

Infração: **745-50 - VELOCIDADE SUPERIOR ATÉ 20% DA PERMITIDA**

Local: **AV. DORIVAL CANDIDO LUZ DE OLIVEIRA, N 5100 - SENTIDO B/C - FAIXA 2 - GRAVATAÍ - RS**

Data Limite para Indicação do Condutor: **17/10/2024**

**IMPORTANTE**

1. Tratando-se de veículo de propriedade de Pessoa Jurídica, será obrigatória a "IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR", sob pena de não o fazendo, incorrer na aplicação de nova multa, conforme § 8º do art. 257 do CTB;
2. O impresso "IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR" poderá ser encaminhado pelo correio com A.R. ou entregue na
3. Juntamente com o impresso deverá ser anexada fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação ou da Permissão para Dirigir válida do condutor infrator e do documento de identificação do proprietário do veículo. No caso de veículo de Pessoa Jurídica anexar documento que comprove a representatividade daquele que assina como proprietário.
4. Considerar-se-á inválida a identificação que venha preenchida de forma incompleta, deficiente, sem assinatura do proprietário ou do condutor, sem a fotocópia legível da Carteira Nacional de Habilitação ou da Permissão para dirigir e do documento de identificação do proprietário do veículo, importando ao proprietário do veículo a responsabilidade pela infração, conforme § 7º do art. 257 do CTB.

**IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR**

**Auto: E027329946**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAI - RS**

**Placa: FKL5191**

Nome do Condutor Infrator

CPF do Condutor Infrator

RG do Condutor Infrator

Endereço do Condutor

CEP

Município

UF

**CARTEIRA DE HABILITAÇÃO OU PERMISSÃO PARA DIRIGIR DO CONDUTOR INFRATOR**

Número da Cédula

Número Registro CNH

UF

Data de Hoje

Assinatura do Proprietário

Dt Término Ind.Cond.

Assinatura do Condutor

Para uso exclusivo do órgão de trânsito

O proprietário do veículo e o condutor identificado declaram que as informações acima são verdadeiras assumindo total responsabilidade administrativa, cível e criminal por elas, bem como quanto à autenticidade dos documentos apresentados, no que lhes couber.